

COMITÊ DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – CEMVEJ

No décimo dia de março de 2021, às 14 horas, por meio de videoconferência disponível no link <<http://conferencia.pr.gov.br/CEMVEJ>>, foi realizada reunião ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. Conforme convocação prévia, fizeram-se presentes: **Suplentes Governamentais:** Ana Raggio (SEJUF); Aimoré Índio do Brasil Arantes (SEEC); Delvana Lucia de Oliveira (SEED); **Titulares da Sociedade Civil:** Ivete Maria Caribé Rocha (SEPAJ); Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (UFPR); Aluizio Ferreira Palmar (CDHMP); Matheus Felipe Ferreira Pinto Bregenski (UPES); **Suplentes da Sociedade Civil:** Daniel de Oliveira Godoy Junior (SEPAJ); Adélia Lopes Salamene (SINDIJOR PR); Carla Luciana Souza da Silva (UNIOESTE); **Convidados Titulares:** Olympio de Sá Sotto Maior Neto (MP/PR); Maria Aparecida Blanco de Lima (TJ/PR); Indira Bolsoni Pinheiro (MPF); **Convidados Suplentes:** Rafael Osvaldo Machado Moura (MP/PR); **Convidados/Colaboradores:** Hialony Rodrigues (SEJUF); Jefferson de Oliveira Salles (SEED); Cláudia Cristina Hoffmann (MPPR); **Abertura:** Ana Raggio agradeceu a todos (as) presentes e enalteceu a relevância do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná **1. Aprovação da Pauta:** Ana promoveu a leitura da pauta da reunião para aprovação conforme a seguir: aprovação da ata da reunião de fevereiro/2021, analisar recomendações do relatório final da Comissão da verdade para planejamento de ações, proposta de logo para o CEMVEJ, retorno do regimento interno, implementação da sala LUME, identificação dos sítios de memória no Estado do Paraná, apresentação do projeto de Instalação, em memória às vítimas da chacina ocorrida na Estrada do Colono em 1974, de autoria da artista plástica Manuela Cavalinho, informes. Após a leitura, Ana perguntou se os presentes gostariam de incluir algum outro assunto na pauta e a Dra. Maria Aparecida solicitou a palavra, informando que teria uma reunião presencial dia 17 de março, às 17h00, com o Presidente do Tribunal de Justiça referente a Sala LUME onde o mesmo receberia os integrantes do Comitê. Ana sugeriu uma delegação para irem juntos com a Dra. Maria Aparecida e ficou esse assunto como pauta para a reunião e convidou o Jefferson para fazer uso da palavra. O mesmo colocou que tratava-se de um pedido feito a ele pelo pesquisador Marcelo Zelic, que havia solicitado um acervo documental ao Arquivo Público Estadual do Paraná referente a questão indígena e pediu para o Jefferson reforçar junto ao Comitê esse pedido, pois até o momento não havia recebido a documentação solicitada. Ana colocou o assunto como ponto de pauta e perguntou se mais alguém queria fazer alguma sugestão de ponto de pauta. A Dra. Ivete solicitou a palavra e disse que gostaria de fazer uma proposta que quando os problemas burocráticos, de estrutura, de regimento interno em relação à Sala LUME estivessem resolvidos, que iniciássemos atividades virtuais, pois tem muitas pessoas que podem contar suas histórias, citando o Dr Aluysio, Narciso, que podem iniciar uma pauta virtual, para não ficarmos parados nesse período longo de isolamento. Após a fala da Dra. Ivete, Ana perguntou se tinham mais alguma questão para colocar em pauta e se ninguém teria alguma questão contrária às pautas sugeridas. Não havendo nenhuma objeção, Ana informou que ficou aprovada a pauta. **2. Aprovação da ata da reunião de fevereiro/2021:** Ana lembrou que os participantes receberam a Ata da reunião do dia 10 de fevereiro para ser aprovada nessa reunião e perguntou se alguém teria alguma observação e se haveria necessidade de leitura da Ata para eventual alteração ou se

COMITÊ DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – CEMVEJ

poderia considerar aprovada. Não havendo nenhuma contrariedade sobre a Ata apresentada, a mesma ficou aprovada. **3. Analisar recomendações do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade para planejamento de ações:** Ana informou que o próximo ponto seria analisar as recomendações do relatório final do Comitê para planejamento de ações e perguntou ao Dr. Olympio se o mesmo gostaria de explicar o relatório e o mesmo iniciou dizendo que o relatório final da Comissão apresenta inúmeras recomendações e uma delas seria a criação desse Comitê que já se materializou, outra era do espaço LUME que se materializou também e enviou no grupo pelo whatsapp as recomendações e sugeriu que cada um escolhesse seus grupos de trabalho, os temas e trazer as recomendações que pudessem ser implementadas. Sugeriu que a Dra. Maria Aparecida, o Jefferson e ele pudessem fazer essas sugestões por já terem trabalhos no tema. Dr. Rafael do MP pediu a palavra e sugeriu não dividir em eixos e sim em instituições, buscando medidas que pudessem ser implementadas e pensou em ter dois olhares, por eixos e outro pelas instituições. Dra. Maria Aparecida achou uma boa ideia do Dr. Rafael e Dra. Indira pediu a palavra e comentou que está entrando agora, mas mesmo assim disse que pode fazer esses encaminhamentos, se colocou à disposição. Ana passou a palavra para Aluizio que começou dizendo que as recomendações são muito genéricas e que abarcam um imenso universo de ações e o ideal seria colocar essas recomendações em prática e propõe que esse Comitê encaminhe as recomendações de acordo com o setor, por exemplo, na área educacional, quase todas as recomendações cabem à secretaria da educação e perguntou para o Dr. Olympio até que ponto os órgãos do Estado têm obrigação de cumprir essas recomendações. Após a fala do Aluizio, o Dr. Olympio disse que é uma questão de persuasão e deve partir do Comitê. Citou um exemplo onde o então Secretário Flávio Arns apoiou e operacionalizou um grande concurso sobre o relatório com estudantes do Estado, de cartazes, texto, vídeo, sendo um momento muito rico, onde o Estado todo, por meio do sistema educacional, discutiu o relatório e, por isso, a ideia de fazer uma análise de todas as recomendações e fazer um encaminhamento para cada setor responsável pela sua implementação. Após a fala do Dr. Olympio, Aluizio perguntou para o Dr. Olympio se podemos mexer nas recomendações. Dr. Olympio respondeu que acha que sem mudar o conteúdo da recomendação pode explicitar ou acrescentar argumentos nas recomendações. Dra. Maria Aparecida pediu a palavra e disse que no sistema de justiça são várias recomendações de lei, dos grupos de trabalho que foram sugeridos como recomendações e um deles seria a avaliação de se manter a Justiça Militar. Segundo ela, talvez o Comitê deveria, com a recomendação, fazer o envio de um projeto de lei e levasse aos órgãos competentes para que haja uma modificação. Acha que deve ter uma movimentação do Comitê nesse sentido para argumentar com os órgãos responsáveis, para que tenham essas adequações registradas. Dr. Olympio disse que o texto relativo à extinção da Justiça Militar, teve a fundamentação foi feita pelo Ministro Fachin, e precisa dar um encaminhamento devido a essas questões. Dr. Rafael pediu a palavra e, considerando as duas propostas referente às recomendações, sugeriu que seria interessante marcar reunião por eixo, sugeriu que todos os integrantes lessem as recomendações na perspectiva de cada instituição e que cada um trouxesse suas propostas, podendo escolher um relator, juntando todas, ou escolher relatores que fiquem

COMITÊ DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – CEMVEJ

responsáveis por juntar esses materiais que cada um vai produzir a partir da leitura e cada um dos relatores redige um ofício para a instituição específica para não acabar se perdendo, sugerindo cada reunião trabalhar desse modo. Dr. Olympio sugeriu em cada reunião deixar um horário reservado para discutir as recomendações de cada grupo porque não tomaria todo o tempo da reunião. Carla gostaria de um esclarecimento, se foi produzido algum relatório, alguma ação para a educação com esse sentido de material didático, paradidático que fale sobre os resultados da Comissão. Dr. Olympio disse que não foi contemplada nenhuma cartilha, que se chegou a fazer uma apresentação do relatório para o sistema educacional e, a partir daí, os alunos fizeram apresentação, premiação, mas não se chegou a trabalhar o relatório em si. Carla disse que tem duas questões que foram citadas, inclusive pelo Dr. Rafael, que deveria, do ponto de vista educacional, ter uma comissão específica para pensar um encaminhamento em relação a isso. Jefferson disse que pensa no mesmo sentido da Carla, lembrando da identificação das terras indígenas, que foi objeto de ação judicial inclusive. Jefferson sugere que, concretamente, a partir daí seja formulado um pedido, algo mais objetivo, e se coloca à disposição para participar. Ana Raggio acha interessante as propostas do Dr. Rafael, Dr. Olympio, do Jefferson e ponderou que o que a preocupa em separar por eixos é que diversas recomendações irão para os mesmos órgãos e que essa separação por eixo fará com que cada vez uma recomendação vá para o mesmo órgão, sendo este acionado, ao final, várias vezes. Ana acha importante fazer um ofício com todas as informações, como sugerido pelo Aluizio. Ana se comprometeu junto com a Hialony fazer uma divisão dessas recomendações por órgão ao qual se direciona e aí fazer uma análise por órgão. Assim, as recomendações podem ser compiladas e enviadas pelo Comitê para cada órgão. Dr. Olympio achou uma boa ideia e o encaminhamento foi aprovado. **4. Proposta de logo para o CEMVEJ:** Ana passou para o próximo ponto que é a proposta da logomarca para o CEMVEJ, apresentando as propostas enviadas pela área de comunicação da SEJUF. Após apresentação das logomarcas, os participantes do Comitê chegaram à conclusão de que os modelos da logomarca tem muito forte a questão da justiça e precisaria trabalhar a questão da memória também, que precisaria ser algo mais geométrico, ficando definido que os participantes do Comitê enviariam antes da próxima reunião propostas de modelos de logomarcas para que fosse solicitado à área de comunicação da SEJUF outras propostas. Pontuou-se o uso de pássaro, musa da memória ou da história, bem como o monumento da Praça Rui Barbosa, em Curitiba. **5. Retorno do regimento interno:** Após as observações sobre a logomarca, Ana Raggio passou para a discussão do regimento interno, informando que na reunião passada foi analisado pelos presentes a questão do regimento interno, ficando pendente para essa reunião algumas questões como a da eleição das entidades da sociedade civil organizada, para a qual trouxe como proposta a formação de Comissão eleitoral pelo Comitê, à qual caberá a publicação de edital de chamada pública para a eleição da entidade da sociedade civil em assembleia própria a ser amplamente publicizado pelo período mínimo de 30 dias, assegurado o prazo para recurso. Ana perguntou aos participantes se entendiam que precisa de mais alguma provisão. Não havendo nenhuma colocação, passou para outro artigo que foi solicitado pelo Comitê para complementar, sendo sobre a questão da Coordenação e, como o decreto prevê explicitamente a coordenação pela SEJUF, Ana informou que

COMITÊ DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – CEMVEJ

ficaria como se segue “O Comitê terá uma coordenação composta por representante da SEJUF e um representante da sociedade civil organizada a ser eleito em votação aberta e nominal na primeira reunião após a posse da gestão. Parágrafo primeiro: são requisitos para compor a coordenação ter 1 ano de participação do Comitê, exceto nos primeiros 12 meses de funcionamento, ter no mínimo 2 anos de existência legal, ter menos de 30% de falta nas atividades do Comitê durante o período de 1 ano. Parágrafo segundo: responderão pela suplência da Coordenação os respectivos suplentes da SEJUF e da entidade da sociedade civil eleita. Parágrafo terceiro: a Coordenação da sociedade civil exercerá seu mandato pelo período de um ano, sendo permitida uma recondução”. Ana Raggio perguntou aos presentes se era necessário alterar alguma informação. Não havendo nenhuma objeção, seguiu para o próximo item que é sobre as atribuições da coordenação conforme a seguir “À coordenação compete convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias; Representar o Comitê, podendo delegar a sua representação dentre os demais membros; Cumprir e diligenciar para o fiel cumprimento do presente Regimento Interno; Assinar, dar publicidade e cumprir ou fazer cumprir os documentos deliberados pelo Comitê; Supervisionar as atividades da Secretaria Executiva; Submeter ao Comitê os assuntos recebidos para decisões de mérito ainda não deliberadas; Acompanhar o controle de faltas injustificadas dos conselheiros governamentais e das organizações da sociedade civil, tomando as medidas necessárias para garantir a composição paritária do Comitê”. Ana perguntou se das questões da coordenação algum dos presentes tem alguma observação a fazer, informou que o artigo sexto ficará com o seguinte texto “Os integrantes, titulares ou suplentes, poderão ser substituídos em razão ausência concomitante, de titular e suplente, e injustificada por 3 (três) reuniões seguidas, ou 5 (cinco) intercaladas, bem como por impedimento, desligamento ou por motivo de força maior, mediante comunicação oficial da entidade ou órgão que representam encaminhada à Coordenação do Comitê”. Após a concordância de todos os participantes do Comitê, foi informado que o novo regimento será colocado no site, bem como publicado no DIOE para eventuais consultas. **6. Implementação da sala LUME:** Ana Raggio informou que foi realizada uma reunião online na semana anterior que contou com as presenças de Marionilde, Dra. Ivete, Hialony, Aimoré e Claudia Hoffmann e da própria Ana. Marionilde pediu a palavra e disse que a reunião foi boa, foi adiantado que com a pandemia ganhamos um certo tempo para fazermos projetos e os participantes viram duas possibilidades de arrecadar recursos, sendo uma parceria com a Universidade e com o Ministério Público Federal. entende necessário pensar a sala como um espaço de promoção de cursos, visitação de alunos, exposições temporárias em outros espaços próximos da Sala Lume, pois na Sala Lume o espaço é pequeno, mas a Sala Lume pode promover em outros espaços como “Lume convida para”, e podemos verificar espaços próximos à Sala Lume para ir andando até o evento à partir da sala Lume. Outra possibilidade é a Claudia ser a curadora da sala, pois ela pode assinar projetos, como ação educativa, ação cultural, exposições museológicas, inclusive já tem um projeto esboçado que foi enviado ao Dr. Sena, que pode ser adaptado, mas ficou cautelosa de como seria essa assinatura, dos dois vínculos desses órgãos públicos. Questionou qual a verba que SEJUF e TJPR possuem para a sala LUME. Ainda, ponderou que por esses órgãos não seria possível contratar historiadores, estagiários, enquanto que pelo

COMITÊ DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – CEMVEJ

departamento de história da UFPR, ou mesmo pelo Ministério Público seria possível, pois teria a Claudia para fazer projetos. Foi pensado em um formato de quem assinaria esses projetos e chegou-se numa sugestão pelos participantes de que poderia ser criada uma Associação sem fins lucrativos, como uma Associação da Sala Lume, e esse profissional de confiança receberia e gerenciaria o projeto junto com o Presidente da Associação. A Dra. Ivete pediu a palavra e comentou que a respeito da Associação dever ter mesmo. A Associação seria um elo de ligação entre as entidades que irão custear, repassar o valor à Sala Lume. Acredita que podem colocar no regimento a possibilidade da Claudia ser curadora. Foi perguntado se a Dra. Maria Aparecida teria alguma informação adicional e ela disse que para levar para a Procuradoria deveria levar um projeto para ser analisado, pois só temos até este momento um termo de cooperação. Ana Raggio disse que no entendimento dela a ideia é que a Sala Lume foi criada para sensibilizar, mas pelas discussões, a Sala Lume teria um propósito maior que vai além da sala no Centro Judiciário. Ainda assim, para essa seria necessário um projeto de "decoração" que, por meio da Secretaria da Justiça, precisaria ser contratada uma empresa para fazer o projeto e, após, um novo processo licitatório para execução do projeto. Aimoré e Marionilde informaram que quando é uma situação acadêmica é possível essas instituições como a UTFPR contratar com dispensa de licitação. Ana comentou que foi falado também na reunião que o termo de cooperação da Sala Lume tem duração de 5 anos ou pode ser suspenso a qualquer tempo e a Associação nos ajudaria a definir o que fazer com esses materiais doados, formato que é utilizado pelo Museu Paranaense do qual a Marionilde fez parte. Por isso, pensou-se em uma Associação de amigos do Lume, mas isso seria ampliado para todas as atividades. Ana sugeriu ter uma conversa com a Secretaria da Justiça e com o Presidente do TJPR para entender quais atividades podem ser feitas na sala, se é possível fazer uma reforma ou exposições. Durante a reunião também foi sugerido elaborar um regimento interno para a Sala Lume, o qual a Claudia já está elaborando e ficou a demanda em relação ao site da Sala Lume e que a própria Associação poderia ter um site pontualmente vinculado à Sala Lume. A sugestão também é da Claudia ter a coordenação pedagógica da Sala Lume. Claudia pediu a palavra e disse que foi bem resumido e esclarecido com as falas anteriores e que acha necessário uma página da Sala Lume na internet, um site para falar dos projetos, a questão da educação, e comentou sobre a preocupação da professora Carla, sobre enviar versões para as escolas, comentou que a Regina Bley conseguiu alguns CDs para as escolas. Entende imprescindível termos parceiros em eventos itinerantes, parceria com a Universidade Federal, diálogos com museu, arquivo público, que devemos nos preocupar com o regimento e dentro dele ter essa previsão, pois o termo de cooperação tem um prazo de validade e o Lume se precisar, pode sair da sala e ter vida própria em parceria com o Comitê. Antes de dar continuidade com Aluizio que pediu a palavra, Ana perguntou quem iria acompanhar a Dra Maria Aparecida na reunião presencial com o Presidente do TJPR e ficou definido que participaria a Ana Raggio, Dra Ivete, Matheus, Marionilde e Claudia e que era necessário fazer um ofício para levar ao Presidente colocando as questões aqui apresentadas. Este, após ser redigido, passaria para a avaliação do texto pelo Comitê, antes do envio. Ficou definido também pelos presentes que a Coordenação Pedagógica da Sala Lume ficaria com a Claudia Hoffman com o cargo denominado de

COMITÊ DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – CEMVEJ

Coordenadora. Será preparada uma deliberação do Comitê sobre esse assunto. Ficou definido que a Claudia iria enviar algumas funções que já tem pré definidas com ela e a Ana Raggio vai preparar a deliberação para apresentar na próxima reunião e que também poderá ser usada no momento que for definir o regimento interno da Sala Lume. Ana Raggio encaminhará a proposta por e-mail para os participantes do Comitê se manifestarem e ficou definido também que a mesma verificaria a questão dos documentos com a Regina Bley, sobre os documentos que já foram digitalizados ou não e traremos em outro momento esse assunto, Claudia também comentou que a preocupação são os documentos sigilosos que foram dados para a Comissão da Verdade. **7. Identificação dos sítios de memória no Estado do Paraná e 8. Apresentação do projeto de Instalação, em memória às vítimas da chacina ocorrida na Estrada do Colono em 1974, de autoria da artista plástica Manuela Cavalinho:** Ana Raggio chamou Aluísio para apresentar a pauta. O mesmo iniciou dizendo que iria juntar os dois pontos de pauta em um só. A primeira proposta é que o Comitê aproveite o material dos caminhos da resistência que o Fórum preparou. A proposta é o Comitê encaminhar um ofício para a Secretaria da Educação para que reedite e imprima esse material “Caminhos da Resistência” para distribuição na rede estadual de ensino. A outra pauta abordada por Aluísio é sobre a mostra da artista plástica Manuela Cavalinho, peças que já estão prontas, que propôs expor em 2 espaços em Curitiba, sendo no Museu Paranaense e o outro espaço seria a LUME. Contou que já está prevista a exposição em Serranópolis do Iguaçu, onde começa o Caminho do Colono, antes do início do Parque Nacional do Iguaçu. Lá ela faria as instalações das peças nas árvores, em uma cerimônia que ainda não foi definida como seria. O projeto já foi enviado ao Museu Paranaense e sugeriu a ela que a exposição fosse feita na Sala Lume também, mesmo o espaço sendo menor, pois o trabalho ocupa pouco espaço, assim que todos estiverem vacinados. Ela teria painéis, identificação, trabalhos de fotografia que poderiam ser instalados na Sala Lume. Sugeriu que a Claudia Hoffman entrasse em contato com ela para ver os detalhes da instalação. Marionilde disse que inclusive tem um monumento na Praça Rui Barbosa, que foi esquecido, que pode ser uma ideia para a Sala Lume também. Ana Raggio iniciou o debate entre os presentes de como seria feito a atualização do texto e impressão e chegou-se à conclusão, após diversas ideias, que primeiro se faria a atualização dos textos do material do “Caminhos da Resistência” por meio do Fórum Estadual, cabendo ao Aluísio levar a questão ao Norton, em conjunto com a Dra. Ivete. Carla sugeriu que colocasse esse material em PDF e JPG na internet para que todos tivessem acesso e num momento posterior encaminhar para a SEED. Carla sugeriu também esse material para cursos em EAD. Referente à exposição física da artista plástica Manuela Cavalinho, ficou definido que a Claudia entraria em contato com a artista plástica para explicar que a Sala Lume está sendo regularizada e ir dando andamento juntas. **9. Ofício do Marcelo Zelic:** Ana Raggio convidou Jefferson para falar sobre a solicitação do Marcelo Zelic. Jefferson recebeu um contato do Marcelo Zelic. O mesmo solicitou vários documentos para o Arquivo Público Estadual do Paraná, sendo 6 dossiês do Fundo DOPS Paraná, sob guarda da instituição e até esse momento não foi atendido. Ele solicitou ajuda do Comitê para receber esses documentos. Após discussão entre os presentes ficou definido o envio de ofício em nome do Comitê solicitando esses documentos. Uma vez recebidos,

COMITÊ DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – CEMVEJ

serão repassados ao Marcelo Zelic, ficando também o Comitê com uma cópia. **10. Eventos Virtuais:** Acerca do ponto de pauta solicitado pela Dra Ivete, esta informou que entende não ser necessário discutir nesse momento, mas que é algo a se ter em vista no planejamento de atividades do CEMVEJ. **11. Informes:** Não houveram informes. Ana Raggio por fim, agradeceu todas e todos os presentes e encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada pela servidora Hialony Rodrigues e corrigida pela servidora Ana Raggio.